



ATA N.º 8/2022

DA 2.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DE 2022
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 27 DE JUNHO DE 2022

-----No dia 27 de junho de 2022, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de junho de 2022 da mesma Assembleia, cuja 1.ª Reunião se tinha realizado no passado dia 20 de junho de 2022 e de que faltam tratar os seguintes pontos da **ORDEM DO DIA**:

- **PONTO 2 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;***
- **PONTO 3 - *Eleição de Autarcas de Freguesia representante na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais [alínea b) do n.º 3 do Artigo 29.º do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Florestais no Território Nacional];***
- **PONTO 4 - *Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão Consolidados do ano 2021***
- **PONTO 5 - *Apreciação e votação da emissão de autorização prévia do compromisso plurianual referente a Apoios para a Época Desportiva 2022/2023 - Programa de Apoio ao Desporto (PAD);***
- **PONTO 6 - *Apreciação do Relatório de Monitorização do Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Lagos.***

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Não estando presente, no início da Reunião, a Sra. 1.ª Secretária da Mesa, Maria Paula Couto (PS), o Sr. 2.º Secretário da Mesa, José Jácome (PS), assumiu o cargo de 1.º Secretário, tendo a Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), convidado para exercer funções de 2.ª Secretária da Mesa, a Sra. Maria Clara Rato (PS). A Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 39 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Saúde Fernandes (Presidente de Freguesia São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Freguesia de Odiáxere)
PS	Dina Paula Furtado Bravo Seromenho de Cintra
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)



Fl. 110v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo
PS	José António dos Santos Guerreiro
PS	José Manuel da Silva Jácome (2.º Secretário)
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos (Presidente)
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PS	Maria Manuela Margarido Rodrigues
PS	Paulo José Lourenço Tovar de Moraes
PSD	Ana Paula Duarte Paulino Seromenho
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
CHEGA	Paulo Jorge Rosário Dias
BE	José Manuel Maia dos Santos

-----**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, no momento indicado nesta Ata, as seguintes Membros da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DA MEMBRO
PS	Maria Helena Rodrigues Martins Regino (Tesoureira da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto (1.ª Secretária)

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - TOMADA DE POSSE:**



GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PSD	Tiago Alexandre Godinho Mateus	Reunião	Ana Paula Duarte Paulino Seromenho

-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	SITUAÇÃO
PS	João Fernandes dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)	Solicitou substituição para a Reunião, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do Artigo 18.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.
PS	Maria Helena Rodrigues Martins Reginos (Tesoureira da Junta de Freguesia da Luz)	Substitui o Sr. João Fernandes dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira - Presidente
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis - Vereador
PS	Sandra Maria Almada de Oliveira - Vereadora
PSD	Alexandra Marina de Jesus Soares - Vereadora
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes - Vereador

-----VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA, NESTA REUNIÃO, DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL, a seguir indicado:

PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vice-Presidente
----	--

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) apresentou para apreciação e votação o seguinte Voto de Pesar: “Tendo em consideração o ataque perpetrado pela Rússia a um Centro Comercial situado na cidade ucraniana de Kremenchuk, no dia 27 de junho de 2022, o qual resultou em dezenas de mortos e de feridos, o Grupo Municipal da LCF propõe que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 27 de junho de 2022, manifeste o seu pesar pelas vítimas, prestando um minuto de silêncio.”-----

-----Posto isto foi colocado à votação o Voto de Pesar.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 127/AM/2022:**

-----**Aprovado**, por unanimidade, o Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal da LCF.-----

-----Seguidamente foi cumprindo um minuto de silêncio.-----



Fl. 111v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

-----O Grupo Municipal do PSD fez a seguinte Declaração Política: “No passado dia 20 de junho decorreu a Assembleia Municipal de Lagos, a JSD/Lagos procurou fazer chegar à Bancada do PSD na Assembleia uma proposta que visava a isenção de IMT para Jovens até aos 35 anos até um valor de 180.000 para a sua 1ª habitação permanente. A moção apresentada foi chumbada pelo PS, com a justificação de que era ilegal. Compreendemos que esta medida, como nenhuma outra isoladamente, resolverá o problema da habitação em Lagos. Contudo, o Município deve se focar em procurar resolver o problema nas várias áreas para as quais tem margem para o fazer. Sabemos que há um quadro de isenções de IMT a nível local, nomeadamente a nível da reabilitação urbana, que é definido a nível nacional, enquadrados no Estatuto dos Benefícios Fiscais. No entanto o IMT é, como todos sabem, um imposto municipal. Por ser tributação própria, a previsão das receitas e a sua gestão é feita diretamente pela Câmara Municipal no quadro do Orçamento Municipal, aprovado em Assembleia Municipal todos os anos. Esta isenção foi, por exemplo, proposta de campanha nas últimas autárquicas em Lisboa pela Coligação liderada por Carlos Moedas. Além disto, há já exemplos de Municípios que tem esta medida em vigor, nomeadamente o Município de Arcos de Valdevez, com um regulamento de condições devidamente publicado em Diário da República. No nosso entender, pelo artigo 15/1 d) e artigo 16/2 e 3 do Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei 73/2013 de 3 de setembro), os Municípios têm poder para concederem benefícios fiscais relativamente aos seus tributos próprios, como por exemplo a isenção de IMI ou do IMT, durante um determinado período temporal. Assim, na nossa perceção, caso o Partido Socialista aceitasse tal proposta a Câmara Municipal de Lagos teria de elaborar o regulamento com condições e critérios e submetê-lo à Assembleia Municipal. A JSD/Lagos e a Bancada do PSD na Assembleia Municipal reforçam o seu compromisso na procura de soluções que ajudem os jovens a adquirir a sua habitação e iniciar o seu projeto de vida com qualidade. Acreditamos que o debate político faz parte da vida democrática e que o Partido Socialista tem o direito de discordar das nossas propostas. No entanto, consideramos que reduzir a política a uma fuga para um conjunto de enquadramentos jurídicos, dando a entender que a proposta em causa não cumpria a Lei – algo que já explicámos a nossa discordância e demonstramos aqui a sua legalidade -, mostra a pouca vontade em discutir o conteúdo político da proposta e os efeitos que a mesma pode ter para a população jovem. O Partido Socialista de Lagos prefere demitir-se dessa discussão de políticas públicas? Não nos revemos nesta forma de estar nem entendemos que sirva os cidadãos lacobrigenses.”-----

-----**PONTO 2 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-654-10.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----**ENTRADA DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta



intervenção, entraram na sala as seguintes Membros da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DA MEMBRO	HORA
PS	Maria Helena Rodrigues Martins Regino (Tesoureira da Junta de Freguesia da Luz)	20.46
PS	Maria Paula Dias da Silva Couta (1.ª Secretária)	20.48

-----**ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA MESA:**

-----Com a entrada na sala da Sra. 1.ª Secretária da Mesa, Maria Paula Couto (PS), esta tomou o seu lugar na Mesa, tendo o Sr. 2.º Secretário da Mesa, a exercer funções de 1.º Secretário desde o início da Reunião, passado a ocupar o seu respetivo lugar na Mesa e a Sra. Maria Clara Rato (PS), a exercer funções de 2.ª Secretária da Mesa desde o início da Reunião, tomado o seu lugar na respetiva Bancada.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) congratulou-se pela exposição realizada na Avenida dos Descobrimentos e pela prova de vela. Quanto à Avenida Cabo Bojador, referiu que as obras demoraram demasiado tempo e que, passados dois anos, ainda há pontos a melhorar. Questionou também quando estarão prontas as habitações prometidas. A nível regional, considerou que estamos muito mal em termos de saúde e questionou como irá decorrer o processo relativamente ao novo Hospital de Lagos, solicitando ainda uma visão crítica sobre o que falta fazer para garantir um melhor serviço à população.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) questionou sobre o que será feito relativamente à utilização das instalações do antigo Hospital Distrital de Lagos. Manifestou também dúvidas quanto à execução plurianual de 8%, valor inferior a metade do que foi utilizado em maio de 2021, e sobre o excedente de tesouraria, perguntando se este será utilizado para algum reforço orçamental. Relativamente ao Arquivo Municipal, destacou a importância do trabalho ali desenvolvido e questionou quando passará a dispor de melhores condições para funcionar. Sobre o Alojamento Local, dada a dificuldade na sua fiscalização, perguntou se, com o aumento dos registos, está prevista um reforço da fiscalização. Por fim, referiu que, mais uma vez, o concurso para as obras na Escola Básica com Jardim de Infância da Ameijeira ficou deserto, estando a ser preparado um novo concurso para a colocação do material de proteção necessário à escola.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) questionou o seguinte: “a) Dados mais de 2 anos de atraso desde o início previsto das obras, em que estado se encontra o projeto de execução dos 120 fogos para habitação a custos controlados em Lagos? b) Foi assinado o auto de consignação da empreitada com as Infraestruturas de Portugal (IP) para dar início às obras de eletrificação do troço ferroviário entre Tunes e Lagos, no Algarve. Tendo assumido uma posição desfavorável à estética do projeto, indo ao encontro dos interesses da empresa dos Palmares, afirmou que espera ainda conseguir mitigar o “impacto visual negativo” da construção de centenárias. Que pensa fazer quanto a esta promessa de mitigação dos efeitos estéticos, agora que foi consignada a empreitada? c) Obras na Escola Júlio Dantas: “A Câmara Municipal de Lagos, através



Fl. 112v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

dos protocolos de cooperação, aprovou a transferência total de mais de 750 mil euros, para os agrupamentos de Escolas Gil Eanes e Júlio Dantas.” - inclui a necessidade das obras recentemente objeto de perícia técnica? Se já foram transferidas as verbas? Se a adjudicação das obras é da responsabilidade do Agrupamento ou da CML? Quando está previsto o seu início? d) Passadeira da escola da Luz (fotos): há 6 meses atrás, na sessão de AM, foi apresentada uma proposta de instalação de uma passadeira de peões na zona identificada no desenho. Recentemente foi observada esta situação com as crianças a atravessar a rua no mesmo local em que foi recomendada a pintura da passadeira. As crianças, professores, auxiliares, pais e encarregados de educação correm riscos por falta de condições de segurança. Porque não foi instalada a passadeira neste ponto de passagem de peões? e) Sr. Coronel Joaquim Negrão - Acesso às habitações e barreira de suporte à estrada municipal – Não chegou à Assembleia Municipal qualquer resposta à exposição que o cidadão fez há três meses atrás na sessão da AM. Deveria ter chegado. Correspondência enviada desde há 10 anos a esta parte: 1. Presidente da Junta: foram enviadas 3 cartas (desde 2016 e 2017) ... obteve 1 resposta do presidente da junta em 2017 remetendo para a CML. 2. Presidente da CML: foram enviadas 4 comunicações (desde 2012 até 2022) ... obteve duas respostas (1 em 2012 reconhecendo a dizerem que não havia dinheiro para as obras e 1 em 2017 declarando que iriam providenciar as respetivas obras). 3. Já decorreram 3 meses depois da última correspondência enviada sem que houvesse qualquer resposta ao cidadão, o que representa o desrespeito pela Lei em vigor. Para quando o início destas obras? Recomenda-se celeridade e respeito pelos cidadãos. f) Relativamente à transferência de competências, temos assistido, por todo o país, a críticas e reivindicações dos municípios pelo facto das transferências de competências não serem acompanhadas dos meios financeiros, humanos e patrimoniais adequados à sua prossecução. Qual é o estado da arte no nosso município? Os valores têm sido pagos pelo governo central? E os valores são ajustados à sua prossecução, sem risco de subfinanciamento?”-----

-----Durante esta intervenção foram apresentados os seguintes diapositivos:



-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) questionou sobre a situação do PDM para discussão pública, uma vez que o Conselho de Ministros prorrogou a sua aprovação até ao final do ano. Relativamente à nova estrutura orgânica, perguntou em que ponto se encontra esse processo. Por fim, abordou as novas competências já discutidas sobre



as áreas portuárias aprovadas na Assembleia Municipal. -----
-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia São Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS) questionou como está a decorrer a Estratégia Local de Habitação, como está a decorrer a implementação dos passadiços e quando seria construído o da Meia Praia.-
-----O Sr. José Santos (BE) questionou sobre a conduta de água de Bensafrim, que foi substituída provisoriamente, e referiu que, nessa aldeia, não se paga água. Perguntou ainda quando essa medida será alargada ao restante da população.-----
-----A Sra. Ana Paula Viana(CDU) questionou sobre qual era o valor correspondente à delegação das novas competências e quanto tempo iria demorar a dragagem na barra de Lagos e o porquê de estarem a colocar a areia do outro lado do rio correndo o risco de se criar um novo banco de areia. Relativamente à segunda fase dos passadiços questionou se existe alguma forma de sensibilização sobre a falta de civismo na sua utilização. Por fim, questionou sobre uma construção que está em curso e finalidade da mesma.-----
-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) felicitou os desempenhos desportivos, o bom desempenho da cultura e do ambiente.-----
-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Hugo Pereira, informou que a prova de GC32 foi a primeira de um conjunto de eventos, culminando no Campeonato do Mundo, que decorreria quinze dias após esta assembleia. Destacou que estas iniciativas promovem a cidade e atraem investidores. Relativamente às obras na Avenida Cabo Bojador, explicou que o atraso significativo se deveu à profundidade das raízes, o que exigiu a reconstrução total da infraestrutura. Quanto à construção de alojamentos, informou que a edificação dos primeiros fogos do Plano de Estratégia de Habitação terá início em breve, estando previstos novos concursos para mais projetos habitacionais. Além disso, mencionou que está em fase de apresentação o regulamento de habitação, que definirá os critérios para a atribuição dos fogos. Sobre as Bandeiras Azuis, esclareceu que só serão içadas quando houver nadadores-salvadores disponíveis, garantindo assim a segurança das praias. No que toca ao estacionamento balnear, referiu que já foram ampliadas várias áreas para acolher todos os que pretendam usufruir das praias. Relativamente à utilização de água nos campos de golfe, aguarda-se a ampliação da ETAR para que a rega seja feita com água tratada, evitando o consumo de água potável. Na área da Saúde, lamentou o desinvestimento e a falta de recursos humanos no sistema, apontando que o Hospital de Lagos ainda opera parcialmente como unidade privada. Referiu que, apesar dos esforços junto das administrações, é essencial que o Hospital Central avance do papel para a realidade. Sobre a utilização das instalações do antigo hospital, esclareceu que estas continuam sob a gestão do CHUA e da Santa Casa da Misericórdia, pelo que a Câmara Municipal só poderá intervir quando essa gestão for transferida. Em relação ao Orçamento e ao PPI, considerou que a situação não é preocupante, visto que o ano ainda vai a meio. Quanto ao novo Arquivo Municipal, informou que as negociações estão em curso para reutilizar um edifício antigo, mas, caso não seja viável, poderá ser construída uma nova infraestrutura. Sobre o Alojamento Local, espera-se uma reversão da situação, não tendo sido criados entraves à atividade. Relativamente às transferências financeiras, garantiu que a gestão tem sido feita sem atingir o limite orçamental e que



Fl. 113v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

todo o dinheiro investido visa o bem-estar da população lacobrigense. No que diz respeito à eletrificação e ao campo de golfe dos Palmares, a Câmara Municipal está preocupada com o acesso ao apeadeiro e mantém contacto com a Repsol, que tem investido na área. Após o envio do estudo prévio para as Infraestruturas de Portugal, aguarda-se resposta. Quanto ao financiamento dos Agrupamentos de Escolas, estes serão apoiados financeiramente, e as obras necessárias serão negociadas e executadas quando possível. Sobre as passadeiras perto do Centro Escolar da Luz, esclareceu que a instalação não estava prevista devido à ausência de passeio no local. O parque de estacionamento foi realizado fora da empreitada original. Em relação à Travessa do Ramalhete, aguarda-se a obtenção de novos orçamentos para avançar com o concurso público. Informou ainda que o PDM avançará em breve no que respeita à gestão dos solos. Relativamente ao organograma dos serviços municipais, será feito um ajustamento dos funcionários à nova estrutura orgânica. No que toca à transferência de competências na zona ribeirinha, mencionou que ainda há questões pendentes com a Docapesca, que solicitou mais tempo para adaptação. Sobre os passadiços da Ponta da Piedade, destacou que a sua implementação tem reduzido significativamente o risco para os visitantes e que os trabalhos continuam. Quanto ao passadiço da Meia Praia, aguarda-se apenas o aval do Tribunal de Contas. Relativamente à conduta de água em Bensafrim, está a decorrer o concurso público, e assim que a obra estiver concluída, será possível normalizar a situação. Sobre o desassoreamento, informou que está quase finalizado, tendo sido necessário um tempo adicional para evitar a opção de encerramento da barra durante dez dias.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) refere que a saúde em Lagos terá dos piores serviços do que Portimão e Faro e questionou quando virá o reforço da PSP por causa do crime organizado. Refere que a Polícia Municipal deveria poder atuar no centro da cidade. Relativamente à limpeza terão melhorado o serviço e, a muito esforço, ao longo do ano terão tido um esforço muito bom para a população.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) questionou se está prevista a informação sobre um pavilhão para a Escola Secundária Gil Eanes para funcionamento do curso de Mecatrónica. -----

-----A Sra. Maria João (PS) felicitou a Câmara Municipal de Lagos pela gestão da recolha de resíduos urbanos, destacando que esta representa 48,6% do total de resíduos indiferenciados no município. Referiu ainda que, deste valor, 36% corresponde a resíduos alimentares, sendo o restante composto por resíduos verdes, num esforço que envolve todos os serviços e a população em geral.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, referiu que o Corpo de Intervenção vem no dia um de julho e que a construção referida deve ser a de uma ruína de um restaurante que lá estava.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 21 horas e 57 minutos, a Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 12 minutos.-----

-----**PONTO 3 - ELEIÇÃO DE AUTARCAS DE FREGUESIA REPRESENTANTE NA COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS [ALÍNEA B)**



DO N.º 3 DO ARTIGO 29.º DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS FLORESTAIS NO TERRITÓRIO NACIONAL]: Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-654-14A.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS), informou que o Grupo Municipal do PS indicou o Sr. Carlos Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere e o Sr. Duarte Nuno, Presidente da União de Freguesias de Bensafrim e de Barão de São João.-----

-----Posto isto e não tendo sido apresentada mais qualquer Lista, foi esta designada como Lista A, tendo-se procedido à votação da mesma, por escrutínio secreto, que teve os seguintes resultados:

	Número de Votos
NÚMERO DE ELEITORES	25
NÚMERO DE VOTOS	25
LISTA A	17
BRANCOS	8
NULOS	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 128/AM/2022:**

-----**Eleitos**, por escrutínio secreto, como Autarcas de Freguesia representantes na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, durante o atual Mandato Autárquico de 2022/2025, o Sr. Carlos Manuel Pereira Fonseca (PS) - Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere e o Sr. Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (PS) - Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João, de acordo com o estipulado na alínea b) do n.º 3, do Artigo 29.º do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental.-----

-----**PONTO 4 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADOS DO ANO 2021:** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal que a requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-654-15.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) fez a seguinte intervenção: “Neste relatório e contas, tal como nos anteriores, à medida que o vamos folheando, sentimos que estamos a entrar num ‘conto de fadas’, em que tudo está resolvido no nosso concelho e que problema algum existe”. Contudo uma leitura mais atenta e olhando para a real situação do concelho facilmente deparamos perante uma realidade manifestamente diferente daquela que seria de esperar num concelho com as condições socio económicas de Lagos. Mantemos uma fraca taxa de execução daquilo que são os vários programas de ação da Câmara” e sublinho aqui os programas e ações relativos à habitação que envergonham qualquer eleito local que esteja aqui para resolver os problemas das suas populações. Em 2 anos vamos concluir 15 habitações. A nossa



Fl. 114v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

avaliação é muito negativa neste particular e demonstra uma falta de sensibilidade de um executivo que tinha tudo para cumprir este desígnio ainda por cima num concelho em que o acesso à habitação está condicionado a diversos estratos sociais da população dada a política de desenvolvimento criada e apoiada pela Câmara a nível dos planos de urbanização. Aqui a Câmara é causa e efeito do estado atual da falta de habitação em Lagos, pena é que por incapacidade nossa a população não se apercebeu ainda que os atuais monopólios urbanísticos de Lagos nas políticas socialistas a sua origem. Já chega Sr. Presidente. A manutenção dos atuais parâmetros de desenvolvimento urbanísticos locais e dos seus promotores municipais internos já não servem os interesses do concelho e das populações. Está na hora de mudar. Por outro lado, os dados que a Câmara traz são avassaladores e inequívocos, sobre a falta de execução de projetos e ações essenciais ao desenvolvimento socio económico, ambiental e cultural do município e das suas populações. Aqui não é tanto relativamente ao que foi feito e ao que não foi feito no decorrer do ano" que aqui estamos a discutir mas antes uma clara avaliação política negativa deste período de mandato, veja-se a este respeito a barra de Lagos condicionada há mais de 6 meses, a perda de mais bandeiras azuis, degradação do património local, muralhas, fortaleza, igreja de São Sebastião, Doca Pesca, estacionamento das diversas praias, sentimento de insegurança, limpeza urbana deficiente, enfim a lista é demasiado grande para aqui a descrever. Os senhores como costumam o que fazem dá para ganhar eleições, mas olhem bem para a nossa cidade e concelho, não se fiquem apenas por ganhar eleições façam e trabalhem para aquilo que o concelho e as nossas populações realmente necessitam. A par desta falta de reconhecimento das necessidades das populações as demonstrações financeiras continuam a revelar um (contínuo) aumento dos custos operacionais desde do mandato anterior até este momento (16 para 17 milhões + 1.2 milhões) e ainda teremos de ver os efeitos da reorganização dos serviços. A tudo isto somamos a situação como a que a que atualmente vivemos, de louvar seria caso a Autarquia tivesse usado o valor dos resultados para apoiar, de forma proactiva e coerente, as empresas do concelho e as pessoas que sofreram com a pandemia. Mas não, pelo contrário: num ano como o de 2021, com brutais perdas de rendimento por parte das nossas empresas e das nossas famílias, a Câmara ainda cobrou mais impostos diretos e indiretos (+ cerca de €42,5 milhões cobrados)! E, quando não conseguia cobrar, lá passou essa tarefa para as Execuções Tributárias/fiscais para ainda penalizar mais a nossa população com multas e taxas. Mantemos uma política fiscal municipal "injusta socialmente", em que o executivo socialista recusa de forma liminar as propostas da oposição, designadamente do PSD para IMT jovem ou da Criação do Regulamento Municipal de Benefícios fiscais. Em 2009 com a crise do subprime esta medida do IMT Jovem foi paralelamente aplicada pelo governo federal americano com isenções a aquisição de habitação de jovens resultando em investimentos superiores em 2.6 mil milhões de euros."-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) fez a seguinte intervenção: "1) Desde há alguns anos que a certificação das contas realizada pelos revisores oficiais de contas, apresentam reservas, nomeadamente no que respeita aos Ativos Fixos Tangíveis do Município de Lagos (Bens de domínio público e privado) que não se encontram



devidamente registados porque o processo de inventariação e de adaptação ao SNC-AP, ainda não se encontra concluído; 2) Segundo o relatório do ROC refere que “A IPSAS 33, por via do Art.º 13º do Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro, prevê um período de transição após a adoção do referencial em SNC-AP de três anos, pelo que a implementação desta norma de contabilidade pública não foi atingida em 2021”. 3) Como se passaram 6 anos desde a publicação do Decreto-Lei, em 2015, que dava as autarquias 3 anos para a transição do sistema de normalização contabilística para administrações públicas – SNC- AP, RECOMENDAMOS QUE A CÂMARA MUNICIPAL, CORRIJA A INCONFORMIDADE EM APREÇO; 4)A normalização contabilística em causa, resultará em resultados positivos no ativo patrimonial da nossa Autarquia; 5) Por outro lado, “Dado que o Grupo reconhecia um passivo associado ao contrato com a EL, SA pelo arrendamento dos parques de estacionamento, a liquidação da EL, SA, teve um impacto positivo no resultado líquido de 11.808.957,48 euros”, sugere este parecer do ROC, que esta parceria público-privada foi prejudicial para a nossa Autarquia, durante os anos que esteve ativa; 6)Por fim, felicitar os serviços técnicos da Câmara e o ROC pelo excelente trabalho de apresentação deste documento.”-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS), destacou que as contas consolidadas são de louvar, uma vez que a boa gestão financeira é evidente. Acrescentou que se verifica um apoio abrangente à população e que Lagos é uma cidade viva e dinâmica, embora ainda haja muito a fazer.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) referiu que é um documento pouco ambicioso no terreno esperando que o próximo relatório de gestão espelhe uma gestão diferente.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira (PS), explicou que o aumento da receita se deve ao IMT e ao valor do IMI, que subiu em razão da compra de casas. No entanto, destacou que, apesar desse aumento, o IMI e o IRS baixaram, e a derrama foi eliminada. Relativamente à Estratégia Local de Habitação, informou que o Estado deixou de financiar o setor, o que impediu as Câmaras Municipais de contribuírem para as Cooperativas Sociais de Habitação, e as habitações a custo controlado deixaram de ser construídas. Dentro desta estratégia, referiu que, em 2020, a construção foi retomada, e a Estratégia Local de Habitação foi homologada há cerca de um ano. Para a construção dos fogos previstos, é necessário financiamento devido ao custo estimado de vinte milhões de euros (20.000.000,00 €). Alertou ainda que, se todo esse valor for gasto num único ano, no ano seguinte já não haverá o mesmo montante disponível. Finalizou afirmando que a prioridade da Câmara Municipal são os cidadãos.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) refere que existem variações no valor de IMI relativamente às zonas de habitação.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) referiu que passaram 32.000.000 € (trinta e dois milhões de euros) para o ano 2022 e que se poderia ir mais longe.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira (PS), mencionou que o IMI em Lagos está abaixo do de Faro, destacando que os orçamentos das duas autarquias são distintos e, portanto, não podem ser comparados. Relativamente à taxa de execução, afirmou que não é negativa, o que permite à Câmara ter a capacidade de



Fl. 115v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

realizar todos os investimentos planeados ao longo do ano.-----
-----Posto isto, foi colocada a votação os **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADOS DO ANO 2021**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	0	0	0	0	0	16
ABSTENÇÕES	0	0	2	2	1	1	6
VOTOS CONTRA	0	3	0	0	0	0	3

-----**DELIBERAÇÃO N.º 129/AM/2022:**

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão Consolidado do Município de Lagos - Ano 2021, nos termos consignados na alínea l) do n.º 2 do Artigo 25.º, do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 15 de junho de 2022.-----

-----O Grupo Municipal do PSD fez a seguinte Declaração de Voto: “Neste relatório e contas, tal como nos anteriores, à medida que o vamos folheando, sentimos que estamos a entrar num ‘conto de fadas’, em que tudo está resolvido no nosso concelho e que problema algum existe”. Contudo uma leitura mais atenta e olhando para a real situação do concelho facilmente deparamos perante uma realidade manifestamente diferente daquela que seria de esperar num concelho com as condições socioeconómicas de Lagos. Mantemos uma fraca taxa de execução daquilo que são os vários programas de ação da Câmara” e sublinho aqui os programas e ações relativos à habitação que envergonham qualquer eleito local que esteja aqui para resolver os problemas das suas populações. Em 2 anos vamos concluir 15 habitações. A nossa avaliação é muito negativa neste particular e demonstra uma falta de sensibilidade de um executivo que tinha tudo para cumprir este desígnio ainda por cima num concelho em que o acesso à habitação está condicionado a diversos estratos sociais da população dada a política de desenvolvimento criada e apoiada pela Câmara a nível dos planos de urbanização. Aqui a Câmara é causa e efeito do estado atual da falta de habitação em Lagos, pena é que por incapacidade nossa a população não se apercebeu ainda que os atuais monopólios urbanísticos de Lagos nas políticas socialistas a sua origem. Já chega Sr. Presidente. A manutenção dos atuais parâmetros de desenvolvimento urbanísticos locais e dos seus promotores municipais internos já não servem os interesses do concelho e das populações. Está na hora de mudar. Por outro lado, os dados que a Câmara traz são avassaladores e inequívocos, sobre a falta de execução de projetos e ações essenciais ao desenvolvimento socio económico, ambiental e cultural do município e das suas populações. Aqui não é tanto relativamente ao que foi feito e ao que não foi feito no decorrer do ano” que aqui estamos a discutir mas antes uma clara avaliação política negativa deste período de mandato, veja-se a este respeito a barra de Lagos condicionada há mais de 6 meses, a perca de mais bandeiras azuis, degradação do património local, muralhas, fortaleza, igreja de São Sebastião, Doca Pesca, estacionamento das diversas praias, sentimento



de insegurança, limpeza urbana deficiente, enfim a lista é demasiado grande para aqui a descrever. Os senhores como costumam o que fazem dá para ganhar eleições, mas olhem bem para a nossa cidade e concelho, não se fiquem apenas por ganhar eleições façam e trabalhem para aquilo que o concelho e as nossas populações realmente necessitam. A par desta falta de reconhecimento das necessidades das populações as demonstrações financeiras continuam a revelar um (contínuo) aumento dos custos operacionais desde do mandato anterior até este momento (16 para 17 milhões + 1.2 milhões) e ainda teremos de ver os efeitos da reorganização dos serviços. A tudo isto somamos a situação como a que a que atualmente vivemos, de louvar seria caso a Autarquia tivesse usado o valor dos resultados para apoiar, de forma proactiva e coerente, as empresas do concelho e as pessoas que sofreram com a pandemia. Mas não, pelo contrário: num ano como o de 2021, com brutais perdas de rendimento por parte das nossas empresas e das nossas famílias, a Câmara ainda cobrou mais impostos diretos e indiretos (+ cerca de €42,5 milhões cobrados)! E, quando não conseguia cobrar, lá passou essa tarefa para as Execuções Tributárias/fiscais para ainda penalizar mais a nossa população com multas e taxas. Mantemos uma política fiscal municipal "injusta socialmente", em que o executivo socialista recusa de forma eliminar as propostas da oposição, designadamente do PSD para IMT jovem ou da Criação do Regulamento Municipal de Benefícios fiscais. Em 2009 com a crise do subprime esta medida do IMT Jovem foi paralelamente aplicada pelo governo federal americano com isenções a aquisição de habitação de jovens resultando em investimentos superiores em 2.6 mil milhões de euros.”-----

-----**PONTO 5 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL REFERENTE A APOIOS PARA A ÉPOCA DESPORTIVA 2022/2023 - PROGRAMA DE APOIO AO DESPORTO (PAD):** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-654-18.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS) informou que não iria fazer intervenções nem exercer o seu direito de voto por ser Dirigente Desportivo.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere (PS), Carlos Fonseca (PS) felicitou a Câmara Municipal de Lagos pelo apoio desportivo.-----

-----O Sr. Fernando Ildfonso (LCF) refere que o documento tem vindo a melhorar e refere que foi uma boa aposta devendo-se felicitar o que tem sido feito pelos clubes e atletas continuando com a seguinte intervenção: “Programa de apoio ao desporto: Em beneficio das próprias famílias e atletas sugere-se sensibilização e vigilância juntos dos Clubes para que não sejam cobrados às famílias e atletas os custos já suportados pela CML (Taxas federativas, seguros e mensalidades suportadas a 100% ou 50%.”--

-----Posto isto, foi colocado a votação a **EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL REFERENTE A APOIOS PARA A ÉPOCA DESPORTIVA 2022/2023 - PROGRAMA DE APOIO AO DESPORTO (PAD)**.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 130/AM/2022:**



Fl. 116v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

-----**Aprovada**, por unanimidade, a autorização prévia genérica referente aos apoios para a época desportiva 2022/2023, com a previsão orçamental de 1 506 625,00€ (um milhão quinhentos e seis mil seiscientos e vinte e cinco euros), nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária, realizada no dia 15 de junho de 2022.-----

-----**PONTO 6 - APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS DE LAGOS:** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-654-20.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) informou que estava a favor deste relatório, destacando que se trata de um ponto que nos afeta a todos. Sublinhou que esta problemática tem impacto no território, cujas consequências mais graves ainda são desconhecidas, e mencionou três possíveis medidas de atuação: mitigação, adaptação ou realocação, com as suas respetivas implicações. Observou que o relatório conclui que ainda estamos na fase de planeamento, identificando uma falta de valorização intermunicipal para este tipo de programas. Considerou que o concelho de Lagos é um dos que mais valoriza este planeamento e acrescentou que estas medidas só terão efeito se forem aplicadas de forma coordenada em toda a região algarvia.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) realçou que somos o segundo concelho com mais possibilidades orçamentais para a adaptação às alterações climáticas, mas considerou que este relatório é confuso e pouco rigoroso. Questionou se, nas torrentes de chuvas mais fortes e rápidas, será feita a divisão entre as águas pluviais e os esgotos e se serão construídas estruturas de retenção para essas águas. Referiu ainda que o relatório menciona a instalação de painéis solares no refeitório municipal e questionou se será implementada a mesma medida em outros edifícios ou se já está a ser feito um estudo para isso. Concluiu com a dúvida sobre o motivo pelo qual este projeto não é considerado prioritário.-----

-----A Sra. Ana Paula (CDU) referiu que no Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Lagos que foi aprovado na Assembleia Municipal em 2019 não tem sido aplicado e que deverá ser divulgado bem como efetuar ações de sensibilização para que todos tenham conhecimento.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS), referiu que o concelho se destaca entre os concelhos da região, superando a média regional e global. Acrescentou que as medidas implementadas têm ajudado a mitigar os efeitos dos gases de estufa e destacou que estamos todos a seguir o mesmo caminho.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que o documento não se insere no plano previsto, questionando a monitorização e a atualização das fontes de financiamento, e enfatizou que o Plano deve ser cumprido conforme estabelecido.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) concorda com o que diz a CDU e que se deve



ter em conta a seca extrema e no relatório frisa que o Município está muito empenhado e que se deve ter em conta as regas e as fontes para a melhoria no combate à seca.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Hugo Pereira, esclareceu que o plano foi elaborado para avaliar se o investimento justificaria a sua implementação. Estão a adaptar a utilização dos recursos para reduzir o consumo de água e, para prevenir futuras ruturas, foram substituídas as condutas. No que diz respeito à retenção, está a ser preparada a terceira fase do Anel Verde, que ainda não avançou devido à falta de candidatos no concurso de ideias. Referiu que este ano está a ser o mais quente e também o ano com menos precipitação, sendo um trabalho progressivo e que este problema veio para ficar, exigindo a colaboração de todos para a sua resolução.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) destacou que, há vinte anos, o Concelho já implementava medidas de racionamento de água devido a problemas de abastecimento. Sublinhou a necessidade de estabelecer um conselho de monitorização para acompanhar a situação ao longo do tempo.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações foram tomadas no decorrer da presente Reunião, com a exceção da que foi tomada por escrutínio secreto, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente da Mesa, declarou encerrada a Sessão, eram 23 horas e 36 minutos, da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Maria Paula Dias da Silva Couto, 1.^a Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com a sua Presidente, Sra. Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos.-----

.....
.....